

GUILHERME LUNELLI

# DIREITO SUMULAR E FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA NO CPC/2015

Prefácio  
LENIO LUIZ STRECK

Apresentação  
RITA VASCONCELOS

Posfácio  
GEORGES ABBOUD

COLEÇÃO FÓRUM  
Prof.  
Edson Prata

EDITORA  
Fórum

*Autor*  
**Guilherme Lunelli**

## DIREITO SUMULAR E FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA NO CPC/2015

*Área Específica*  
Direito Processual Civil

*Áreas Afins*  
Direito constitucional

*Público-Alvo - Consumidores*  
Graduação, pós graduação e profissionais

*Prefácio*  
Lenio Luiz Streck

*Apresentação*  
Rita Vasconcelos

*Posfácio*  
Georges Abboud

Formato: 14,5x21,5 cm  
CÓDIGO: 10000997

A presente obra pode ser apresentada ao público enquanto um “Manual para o uso constitucionalmente adequado das súmulas”. Nela o leitor encontrará uma crítica ferrenha ao método de aplicação sumular sedimentado em nosso país, compreendendo suas falhas e incongruências.

A obra tenta fugir do senso comum, demonstrando que a súmula sempre foi um instituto muito mais afeto à facilitação decisória do que, propriamente, à garantia de segurança jurídica, previsibilidade e isonomia.

Em verdade, a prática demonstra que o equivocado método de trabalho com súmulas desenvolvido no Brasil traz os exatos mesmos problemas que a aplicação de qualquer lei.

Não por outra razão o CPC/2015 tenta (re)constitucionalizar a súmula, exigindo que sua aplicação nunca ocorra de forma separada dos fatos e argumentos que lhe deram origem. O “porquê” e o “como” desta opção legislativa pode ser encontrado nestas páginas.

L961d Lunelli, Guilherme

Direito Sumular e fundamentação decisória no CPC/2015 / Guilherme Lunelli ; prefácio de Lenio Luiz Streck. – Belo Horizonte : Fórum, 2016. - (Coleção Prof. Edson Prata).

216 p.

ISBN: 978-85-450-0152-2

1. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. 3. Código de Processo Civil. 4. Súmula. I. Streck, Lenio Luiz. VI. Título. VII. Série.

CDD 340.56

CDU 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LUNELLI, Guilherme. *Direito Sumular e fundamentação decisória no CPC/2015*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 216 p. ISBN 978-85-450-0152-2.

## SUMÁRIO

---

### PREFÁCIO

**Lenio Luiz Streck**.....19

### APRESENTAÇÃO

**Rita Vasconcelos**.....23

INTRODUÇÃO.....25

### CAPÍTULO 1

NA ANTESSALA DA DISCUSSÃO: ATIVIDADE JURISDICIONAL E A NECESSÁRIA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE EFICIÊNCIA NUMÉRICA E PROVIMENTOS QUALITATIVAMENTE ADEQUADOS.....29

1.1 As crises da modernidade e seus reflexos sobre a atuação jurisdicional.....29

1.2 A crise do judiciário, do processo e do procedimento.....37

1.3 A necessidade de zelarmos pela qualidade das decisões judiciais (ou ainda: como evitarmos que a baixa constitucionalidade também invada o processo).....42

### CAPÍTULO 2

FIXANDO PARÂMETROS PARA DECISÕES QUALITATIVAMENTE ADEQUADAS: O DEVER DE FUNDAMENTAR LEVADO A SÉRIO – FUNÇÃO, IMPORTÂNCIA E CONTEÚDO DA FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....49

2.1 Primeira parada: o papel da fundamentação no Estado Democrático de Direito – contenção de arbítrios e voluntarismos.....50

2.2 Ainda a questão do arbítrio: fundamentação e indeterminação do direito.....53

2.3 Fundamentação e o dever de lealdade do juiz: a demonstração da busca pela resposta correta, coerência e integridade do fenômeno jurídico.....	64
2.4 O que não queremos nem precisamos: <i>results-oriented judging</i> , justiça opinativa e uso estratégico da jurisdição.....	71
2.5 Levando o contraditório a sério: dialeticidade e sistema participativo.....	79

### CAPÍTULO 3

JURISPRUDÊNCIA E FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA.....	89
3.1 Da jurisdição à jurisprudência: função, formação e conformação - o papel das decisões pretéritas na busca pela resposta correta.....	89
3.2 Jurisprudência, técnicas procedimentais e fundamentação decisória: o que vai mal?.....	95

### CAPÍTULO 4

SÚMULAS E FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA: ESTADO DA ARTE E CRÍTICAS.....	105
4.1 Súmula: noções preliminares.....	105
4.2 A súmula em seu nascedouro: o “método de trabalho” de Nunes Leal e a (já presente) questão da eficiência numérica do Poder Judiciário.....	108
4.3 Iniciando o debate: por que a proposta da súmula antes do CPC/2015 era equivocada?.....	111
4.4 Primeiro equívoco teórico no estudo e manejo de súmulas: a súmula não é norma – superando o positivismo jurídico.....	116
4.4.1 A diferença entre texto e norma – o pós-positivismo jurídico.....	116
4.4.2 Súmulas, normas e conforto decisório.....	121
4.5 Segundo equívoco teórico no estudo e manejo de súmulas: a súmula não é precedente e a súmula não aproxima o Brasil do <i>common law</i> .....	125
4.5.1 <i>Civil law vs common law</i> : fontes e método de trabalho .....	126
4.5.2 <i>Binding precedent</i> .....	129
4.5.3 O conteúdo vinculante do precedente: a <i>ratio decidendi</i> .....	132
4.5.4 <i>Courts do not write laws</i> .....	137
4.5.5 Súmula e precedente: qualquer (des)semelhança é mera coincidência.....	141
4.6 As súmulas enquanto entes abstratos facilitadores de julgamentos e seus perigos: confirmação empírica.....	145
4.6.1 Hiperintegração – o exemplo da Súmula Vinculante nº 5 .....	145
4.6.2 Ofensa a legalidade – o exemplo da Súmula nº 214/STJ .....	147
4.6.3 Aumento da litigância e (novamente) a questão da legalidade – o exemplo da Súmula nº 259/STJ.....	150
4.6.4 Discricionariedade, segurança jurídica e isonomia - o exemplo da Súmula nº 385/STJ.....	152
4.6.5 Ainda a segurança jurídica – o exemplo da Súmula nº 304/STF.....	154

### CAPÍTULO 5

SÚMULAS, FUNDAMENTAÇÃO DECISÓRIA E O RESGATE DE CONSTITUCIONALIDADE OPERADO PELO CPC/2015.....	157
5.1 O dever de fundamentar no CPC/2015.....	157
5.2 Jurisprudência e fundamentação no CPC/2015: um resgate hermenêutico.....	163
5.3 A súmula colocada no seu devido lugar: a súmula é um índice.....	167
5.4 Desenvolvendo um método de trabalho com súmulas apropriado ao CPC/2015: aplicação discursiva a partir da verificação de três elementos .....	172
5.4.1 Elemento fático .....	175

5.4.2 Elemento jurídico-dialético .....	178
5.4.3 Elemento democrático.....	180
5.5 Fundamentação e o flexível regime de aplicação dos enunciados sumulares no CPC/2015: distinção e superação .....	185
5.5.1 Distinção.....	186
5.5.2 Superação.....	188
5.6 Súmulas e sistema participativo.....	197
CONCLUSÃO.....	199
POSFÁCIO	
LEVANDO AS SÚMULAS A SÉRIO.....	203
REFERÊNCIAS.....	209